

Tortuoso é o raciocínio de Malato. Seguindo sua desinteressada orientação, o delegado Mota teria que deixar de lado o sinistramente famoso capitão James e sair atrás de centenas, senão milhares de proprietários rurais, gente "muito numerosa e bastante endinheirada" que Malato defende com prontidão e desvelo excepcionais. Como nenhuma delas está sequer citada nos autos, o delegado perderia seu tempo inutilmente — inutilmente para ele, mas não para James, por exemplo, que ficaria fora da rota de investigações.

A única possibilidade que o delegado tem para chegar aos mandantes do crime é através dos dois pistoleiros e de James, sobretudo deste, que é a peça chave porque o único elo de ligação entre os executores e os idealizadores do atentado. Malato diz que Vita Lopes é gente mais desqualificada financeiramente do que Fonseca e outros fazendeiros para os quais prestou serviços. Não há dúvida. Mas, com uma carreira criminosa nos costados e provada periculosidade, o capitão James (que não é capitão) está longe de ser um simples "bode expiatório", apesar de todo o esforço do jornalista para desviar as atenções de cima do amigo de seu filho, o ex-delegado do DOPS, Mário Malato.

Apesar de jamais ter sido visto acompanhando as investigações ou fazendo suas próprias apurações, Malato faz afirmativas originais, como se dispusesse de uma fonte que lhe entrega em casa informações em primeira mão (foi assim, afinal, que recebeu a carta enviada de São Paulo por Vita Lopes). Afirma, por exemplo, que o capitão James prestou serviços "a vários fazendeiros daquela zona" (do Araguaia-Tocantins), detalhe completamente ignorado pela opinião pública: até então supunha-se que James fora contratado no Pará apenas pela Propará e por Joaquim Fonseca.

Seria de alto valor para as investigações que o jornalista aprofundasse essa revelação, identificando esses fazendeiros, com os quais tem um trânsito completamente livre, para dizer o mínimo. Também ajudaria a avançar o inquérito, por cuja conclusão manifesta tanto interesse, se fosse mais explícito sobre as tramóias criminosas que supõe ter James ouvido durante sua convivência com os fazendeiros que o contrataram.

Tão interessante seria ele citar os motivos pelos quais acredita que os indivíduos apontados pelo delegado Mota como envolvidos no assassinato de Fonteles podem não existir, "indivíduos que ninguém sabe se existem", como escreveu Malato. A simples admis-

são dessa hipótese é desconcertante, já que o delegado reconstituiu as identidades e os passos desses indivíduos.

O jornalista tem razão quando diz que o processo chegou a um ponto em que "há um crime a punir, mas não há criminosos". De fato, a impunidade tem sido uma regra na história dessas investigações. Justamente porque os criminosos ficam impunes é que o capitão James pode apresentar uma carreira tão extensa de contravenções ao lado de um crescente prestígio, que lhe permitiu ser um assíduo freqüentador do Hilton Hotel. Vários processos foram instaurados a partir de denúncias feitas contra ele, mas em nenhum foi responsabilizado, como nos instaurados pelo DOPS. Ali foi recrutar amigos para o ajudarem na instalação de sua própria empresa de segurança, como admitiu um investigador daquela delegacia, Francisco Martins, no depoimento prestado no inquérito: "Outros policiais da DOPS, indistintamente de cargos, travaram conhecimento com James", disse ele.

É procedente o receio de que, desaquecido, o processo Fonteles caia no esquecimento e ingresse no extenso rol dos casos irresolvidos. Mas se isso ocorrer, a responsabilidade não poderá ser imputada exclusivamente — nem principalmente — ao delegado Otacílio Mota e sua reduzida equipe. Encontrar Vita e os dois pistoleiros é, agora, uma tarefa da responsabilidade de toda a polícia, a dos Estados e a federal. Mas elas estarão empenhadas nessa busca?

É de se duvidar. A Polícia Federal do Rio de Janeiro demonstrou displicência ao tomar o depoimento do fazendeiro Hélio Fábio Vieira Lopes, dono do Volkswagen cinza usado pelos pistoleiros para matar Fonteles a tiros na saída de Belém. A história contada por Fábio é fantástica: ele disse ter-se encontrado ocasionalmente com dois homens dentro de uma lanchonete, localizada na rodovia Rio-São Paulo, e um deles comprou no ato o Fusca. Quando foi à polícia, Fábio não tinha nem mesmo o recibo de venda. Prometeu trazer o endereço do comprador, que estaria em sua casa, mas nunca mais retornou. Nem a PF foi atrás dele, embora sabendo-o foragido de Minas Gerais, onde cometeu um crime e foi condenado.

Com toda a boa vontade, a Polícia Federal pode, na prática, ter agido como o jornalista João Malato, que pretendeu forçar o delegado a investir contra gente graúda e acabaria, se atendido, desviando-o para muito longe, atrás de uma pista falsa. Bem intencionalmente, é claro.

# Jornal Pessoal

Lúcio Flávio Pinto

Nº 2

2ª quinzena de setembro/87

Cz\$ 20,00

BALANÇO

## À espera de um governo

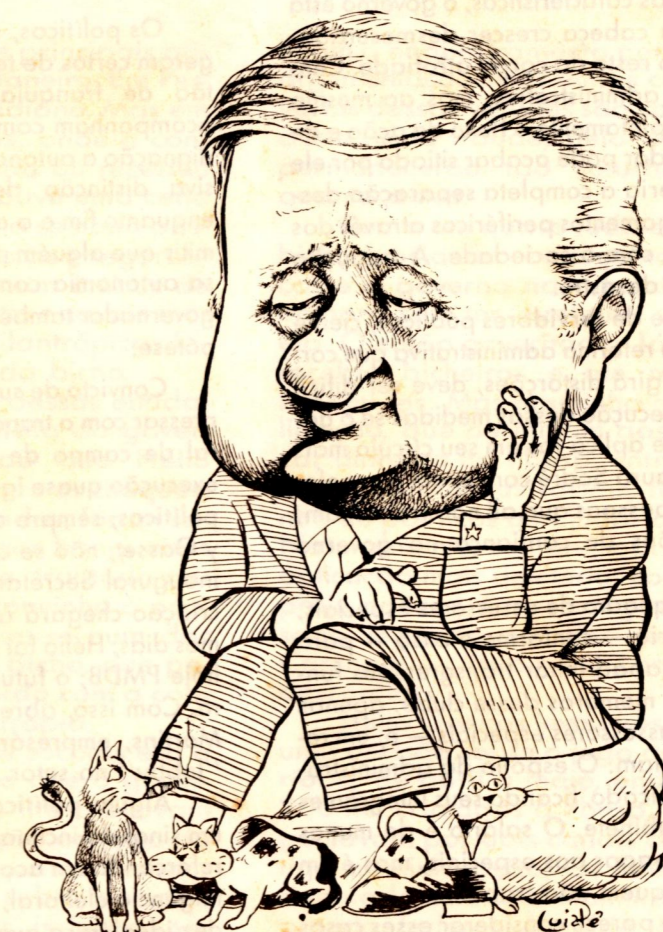
*O governo Hélio Gueiros completou 6 meses sem comemoração. Nem há motivo: falta dinheiro e a administração ainda é um caos. O maior desafio que ele enfrenta, porém, é o de manter a confiança dos paraenses, abalada nos últimos anos.*

Equilibrando-se sobre uma corda bambíssima, o governador Hélio Gueiros atravessou os primeiros seis meses do seu mandato de quatro anos. A anemia financeira do Estado o impediu de instalar efetivamente o governo: no último mês, a folha de pagamento dos 60 mil funcionários da administração direta consumiu 92% das disponibilidades líquidas estaduais. O governo queixa-se de só ter dinheiro para pagar seus servidores e manter a máquina pública funcionando precariamente.

A precariedade, porém, não é apenas de fundos. Contaminada largamente pelo vírus do empreguismo, do nepotismo e do tráfico de influência, a administração estadual transformou-se numa ameoba de ineficiência. O mais bem remunerado servidor público ganha 100

vezes mais do que o menor salário pago. O pequeno mas formidável exército de marajás tem, na comissão de frente, deputados, desembargadores e secretários aposentados, que estão indo para a inatividade com rendimentos acima de 200 mil cruzados mensais, descontando o imposto de renda, extorquido dos pobres e comuns mortais, sobre uma ínfima parcela de seus ganhos.

Para poder governar, Hélio Gueiros percebeu que precisaria passar a limpo a herança de seu antecessor e correligionário, Jäder Barbalho. O recadastramento geral a que todo o funcionalismo submeteu-se em maio deveria ser o ponto de partida para uma ampla reforma administrativa, que exorcizaria os "fan-



tasmas" (há mil deles entronizados na folha de pagamento), acabaria com as seis mil acumulações indevidas, remanejaria gente mal ou inadequadamente alojada em suas funções e, em último caso, cortaria os ociosos.

Para um governo à míngua, não há mesmo outra alternativa senão reduzir o custo de pessoal. Mesmo essa iniciativa, porém, obedeceria a nítidos critérios técnicos? Essa é uma pergunta repetida com insistência ampliada pelos que receberam as promessas — e os atos — iniciais de Hélio Gueiros como garantia de um processo de moralização, dignificação e elevação da deteriorada administração pública. Ao fim do go-

## Jornal Pessoal

Editor responsável: Lúcio Flávio Pinto

Endereço (provisório): rua Aristides Lobo, 871, Belém,

Pará, 66.000. Fone: 224-3728

Opção Jornalística

verno Jäder Barbalho ela estava num nível extremamente baixo.

## PALAVRAS E ATOS

Falando bastante e às vezes falando sem maior reflexão, Gueiros tem tido dificuldades de passar da retórica à prática, cumprindo suas próprias palavras. Tendo que consumir um grande tempo na arrumação interna da casa e juntando tostões para fechar a conta das despesas de manutenção e custeio, o atual governo permanece indefinido. Eleito por uma coligação indiscutivelmente comandada por Jäder Barbalho, pretende ser uma inovação, mas ao mesmo tempo mantém os traços básicos de continuidade. Suas largas metas e elevados objetivos não estão alcançando muito além dos salões dentro dos quais o governador tem sido um esforçado despachante. Ele não vai aos subúrbios da capital e sua única viagem ao interior foi a Tucuruí, levado pela Construtora Camargo Correa, numa visita de relações públicas.

A se manterem essas características, o governo está ameaçado de ver sua cabeça crescer desmesuradamente, mas ficar com o resto do corpo atrofiado. Centralizando o controle administrativo, mas ao mesmo tempo delegando completamente o fluxo de ação e de informação, o governador pode acabar sitiado por ele mesmo. O resultado seria a completa separação desse núcleo central dos ligamentos periféricos através dos quais ele se relaciona com a sociedade. A tradução dessa idiosincrasia é desastre.

Para a comunidade de servidores públicos, ciente da necessidade de uma reforma administrativa que cortará privilégios e corrigirá distorções, deve ser difícil acreditar numa justa execução dessas medidas se o governador não consegue aplicá-las em seu círculo mais próximo. No Palácio Lauro Sodré continuam a ser efetuados pagamentos a pessoas que ali não trabalham, nomeadas para funções de confiança no governo passado.

Elas integravam o quadro de assessores especiais, vala comum ou santuário — conforme o caso — para acomodar situações e apadrinhar transgressões funcionais. Dos 36 seletos membros desse clube, apenas 14 continuavam como assessores especiais — e, em regra, são os que trabalham. O espólio da administração anterior foi reclassificado, ficando seus integrantes como assessores de gabinete. O salário é de menos da metade dos 56 mil pagos aos especiais, mas é um belo vencimento para quem não trabalha.

O governador, que parece considerar esses casos como acidentes menores de percurso, vai em frente, passando por cima dessas sutilezas. Por mero voluntarismo, sustenta acumulações de cargos às vezes desaconselháveis ou totalmente equivocadas, como convidar o matemático Guilherme de La Penha para a Secretaria de Cultura sem que ele se desincompatibilizasse da absorvente direção do Museu Goeldi. Pior ainda: delegar ao coronel PM Hércules Silva a competência de com um olho fiscalizar a Fundação do Bem-Estar Social e, com o outro, engordar o Detran, acumulação que pode levar ao estrabismo.

## PODER PESSOAL

Com tantos desafios em tão variados setores, o go-

vernador se arrisca a enfrentá-los com uma reduzida equipe de assessores *in pectus*, sem uma racionalidade na divisão de tarefas e mesmo sem uma caracterização formal entre elas, como a acumulação de fato que Frederico Coelho de Souza exerce na presidência do explosivo Banco do Estado do Pará e na Casa Civil, conciliada com o ativo funcionamento do escritório particular de advocacia, um dos mais conceituados da praça.

Essa política pessoal, quase monárquica, teria efeitos positivos se o governador não tivesse pela frente propósitos para a continuidade do poder. O próprio Hélio, homem de uma biografia imaculada sob o estrito ponto de vista da lisura pessoal com o dinheiro, tem procurado demonstrar que não pretende formar "entourage", aposentando-se ao final do mandato, quando já estará com 64 anos. Mas se a vontade individual tem peso nesses redutos mais exclusivos do poder, as circunstâncias engendram esquemas que a extravasam.

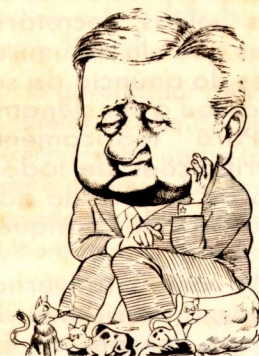
Os políticos, sobretudo os do PMDB, que se elegeram certos de terem sido aquinhoados com um cartão de franquias às dependências do governo, acompanham com um misto de desconfiança e de indignação a autonomia do governador. Mas há expressiva distinção de significado entre a autonomia enquanto fim e a autonomia enquanto meio. Sem permitir que alguém possa ainda demonstrar que usa essa autonomia com objetivos estratégicos pessoais, o governador também não convence sobre a primeira hipótese.

Convicto de suas próprias idéias, que costuma expressar com a tranqüilidade de um freqüentador de geral de campo de futebol, o governador as põe em execução quase ignorando suas circunstâncias (que os políticos, sempre citando o filósofo espanhol Ortega y Gasset, não se cansam de lembrar). Para ocupar a inaugural Secretaria de Transportes, cujo projeto de criação chegará à Assembléia Legislativa nos próximos dias, Hélio foi buscar o deputado federal (ex-PDS, hoje PMDB; o futuro a Deus pertence) Manoel Ribeiro. Com isso, abre uma vaga para o suplente Mário Martins, empresário de ônibus e eficiente chefe de "lobby" no setor.

Alguns políticos vêm em movimentos como esse um sinal da inclinação do governador para a direita, reforçando um acordo com o PDS que Hélio, por contingência eleitoral, a custo engoliu. Mas não há a nitidez ideológica que esses observadores enxergam. Em compensação, há uma imprecisão — digamos assim — moral. Manoel Ribeiro, como secretário dos Transportes, vai comandar o estratégico DER sem deixar de ser dono de um empreiteira do setor e continuando "subjuice" em um inquérito federal, instaurado na Codebar, que indicia sua empresa — a Construtora Nazaré — como beneficiária de várias irregularidades praticadas em Barcarena.

Apenas estes casos indicam que o governo percorre um caminho difícil e o enfrenta com um método contraditório. Mas não chegará a sustentar até o fim a esperança e a confiança com que uma parte da sociedade paraense recebeu seus primeiros dias no "Lauro Sodré", e que ainda persistem, se perder a aura de

honestidade e sinceridade que o cerca. Dois episódios, o do jogo do bicho e o envolvimento de membros de sua família (ver matérias seguintes), podem ser apenas o início de um processo que, se não for desfeito logo e satisfatoriamente, evoluirá até transformar-se no traço caracterizador, como ocorreu na administração Jäder Barbalho, levada a travar a luta eleitoral do ano passado em torno do tema monocórdio da



## BALANÇO

# Bicho, a decisão de alto risco

O jogo do bicho é uma das principais atividades econômicas do Rio de Janeiro. Em Pernambuco está integrado ao cotidiano. Mas em nenhum dos Estados brasileiros, onde a contravenção já faz parte da rotina ou recebeu as bênçãos governamentais, houve uma cena como a presenciada em Belém na semana passada: acompanhado de jornalistas e seguranças, o governador embarcou num ônibus de luxo, o único disponível na cidade naquele momento, e foi a oito instituições filantrópicas fazer doações, com o dinheiro do bicho.

Na véspera, os dirigentes dessas entidades foram alertados para a visita do governador, mas nenhum imaginou que Hélio Gueiros lhes levaria dinheiro e que os cheques, cada um deles de 500 mil cruzados, foram sacados de uma conta mantida por banqueiros do jogo do bicho. Pessoalmente, trajando paletó e sapatos brancos, como convinha à ocasião, o governador transformou-se num dos elos da vasta engrenagem do bicho, que penetra por terrenos mais de acordo com a contravenção do que com a filantropia.

A visita às creches, asilos e escolas era o cumprimento de uma promessa que o governador fizera a jornalistas, que lhe cobravam uma postura cristalina em relação ao jogo do bicho. Entregando os oito cheques a destinatários nem sempre esclarecidos sobre a origem do dinheiro ou, quando cientes, indecisos sobre o que fazer diante da iniciativa inusitada, o governador queria demonstrar que mais importante do que perquirir a proveniência dos fundos seria verificar sua aplicação.

## Pouca Luz

A transparência, porém, chegou apenas a um dos cômodos do vasto território hoje dominado pelos banqueiros do jogo do bicho. O governador oficializou a atividade, alegando que ela emprega oito mil pessoas, paga-lhes salários razoáveis, é aceita pela população e sobreviverá ao combate de um governante menos sensível às circunstâncias sociais que ate-

corrupção. O Pará sofre as conseqüências de uma crise geral, mas na base há uma crise de confiança, de credibilidade, de homens — vácuo que algum alucinado, se não houver lucidez equivalente, acabará preenchendo.

Sem esse pré-requisito, o governador, que hoje caminha em cima de uma corda bamba, poderá ter que atravessar, no futuro, sobre uma faca só lâmina.

nuam o enquadramento penal do jogo. É uma argumentação. Mas outros cômodos, nos quais várias dessas virtudes são comprometidas pelo crime, pela fraude, pelo desvio de dinheiro, permanecerão tão soturnos e inacessíveis quanto antes.

Como em quase todo o Brasil, o jogo do bicho funcionou como caixa dois para políticos e o governo na administração passada, embora sem ter qualquer vínculo direto com ela. O então governador Jäder Barbalho não recebia bicheiros e até mandou a polícia reprimi-los. Mas mantinha canais invisíveis de ligação, que permitiam aos banqueiros colocar dinheiro na Fbsp, entregá-lo à primeira dama para obras sociais, financiar a campanha de políticos ou ajudar a edição de jornal. Naturalmente, sempre sobrava dinheiro para aplicação mais deletéria, como conquistar simpatia policial, fazer amigos e influenciar pessoas, segundo métodos que o gênio Dale Carnegie — "best-seller" no assunto — sequer desconfiou.

Hélio Gueiros levou três meses para tomar uma decisão sobre o jogo do bicho. Nesse período, de abril a maio, enquanto destinavam 200 mil cruzados à Fbsp, os banqueiros negociavam por dois canais com a atual e a antiga administração. Os interlocutores eram o deputado estadual Hamilton Guedes e o deputado federal Arnaldo Moraes Filho, ex-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ex-secretário de segurança pública. Guedes afastou-se depois de dois meses, durante os quais abasteceu com 400 mil cruzados as combatidas finanças do Clube do Remo, para evitar desgastes ao seu nome. Foi substituído por Valdir Fiock, irmão de criação do deputado federal Fernando Velasco, um dos parlamentares que mais o bicho tem ajudado.

## Dinheiro: Onde?

A primeira dificuldade enfrentada nessa intrincada rede de negociações era sobre o va-

lor de cada cota a ser paga. Um dos banqueiros chegou a cobrir o valor total das contribuições, desde que recebesse o monopólio do jogo, mas a proposta não foi aceita. Outro sugeriu cotas de valor elevado (a maior sendo de 500 mil cruzados), o que eliminaria concorrentes mais fracos, mas também a sugestão não prosperou. Afinal, ficou acertado que as três maiores bancas de bicho pagariam 200 mil cruzados cada e as cinco menores, 100 mil. A soma, de 1,1 milhão de cruzados, não bate com a quantia — 900 mil cruzados — anunciada pelo governador, que, indagado, confirmou esse valor. Se há a diferença, para onde os 200 mil estão sendo destinados?

Mas se realmente o total das contribuições mensais é de 900 mil cruzados, o valor é considerado simbólico diante do faturamento do jogo do bicho, imprecisamente calculado entre 20 milhões e 60 milhões de cruzados por mês apenas em Belém. Esse fosso sempre servirá de estímulo para as pessoas acharem que mais dinheiro está sendo pago pelos bicheiros em troca da oficialização, que lhes é preciosa. Há versões garantindo que, paralelamente ao recolhimento oficial, continua a haver, mais caudalosa, uma drenagem clandestina, que por um de seus desvios chega às mãos de cinco políticos federais do PMDB.

Pagar 900 mil cruzados é uma taxa mais do que suave para dar tranqüilidade aos banqueiros do bicho. Ao contrário dos colegas cariocas, eles não têm qualquer esquema de assistência aos cambistas e seus satélites, que se restringem a uma participação no valor de cada aposta. Não dão atendimento médico, não fazem pecúlio, não contribuem para despesas domésticas. Por isso, têm uma rentabilidade maior, tão apreciável que um dos grandes banqueiros sentiu-se estimulado pelo próprio sucesso a entrar na fila de cumprimentos ao governador durante um encontro social e foi sutilmente retirado pela segurança, antes que o pior acontecesse.

Ao anunciar a oficialização do bicho, o governador chegou a reconhecer que o valor

das contribuições era baixo, mas resistiu a todas as insinuações dos jornalistas para revelar quem são os altruístas cidadãos que todos os meses depositam na conta 01-4396-5 da agência da Cidade Velha do Banco Meridional, sem exigir recibo para ressarcimento do imposto de renda, que, evidentemente, não pagam. No dia 13 de maio, quando foi aberta com um depósito de 900 mil cruzados, essa conta estava em nome da presidente do Ipasep, Maria das Neves Seixas, secretária particular de Gueiros antes que ele assumisse o governo. Um pouco antes do anúncio da semana passada, a conta passou a ser denominada "Obras Sociais do Pará", teoricamente destinada a receber contribuições de todos, mas na prática, pelo fato de o governo não divulgá-la, privativa dos favores dos banqueiros de jogo do bicho.

"Em caráter pessoal", como o governador fez questão de salientar, a presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Estado é a pessoa encarregada de movimentar a conta, cujo extrato Hélio Gueiros forneceu à imprensa, apresentando um saldo de pouco mais de 24 mil cruzados após o saque dos quatro milhões doados na semana passada.

Ao buscar a transparência e fugir da hipocrisia, o governador na verdade revelou apenas uma minúscula dependência desse complexo empreendimento chamado jogo do bicho, mas avivou a curiosidade da opinião pública para o que ficou protegido das luzes da informação. Nada mais natural: afinal, como toda atividade clandestina, embora tolerada, o jogo vive nas sombras, nas quais gatos pardos podem passar por pretos, as funções sofrem mutação e quem estava de um lado do balcão passa para outro. É assim que o cartório Sálvio de Miranda Correa, um consagrado socialite, deixou as funções de coordenador do bicho, que exerceu no governo Jader Barbalho, para ser ele próprio um banqueiro — segundo versões, não comprovadas e desmentidas pela família, associado a Paulo Gueiros, irmão do governador.



## BALANÇO

# Mérito pessoal ou influência?

Até o início deste ano o projeto da Ebal (Estaleiros da Bacia Amazônica) era apenas um entre muitos que congestionam a pauta da Sudam à espera do conta-gotas de recursos dos incentivos fiscais. Aprovado em dezembro de 1985, nada recebera durante todo o ano seguinte, mas a situação mudaria neste ano: em abril a Sudam liberou três milhões de cruzados e logo em junho mais 16 milhões, virtualmente aplicando todo o dinheiro que havia comprometido com o projeto, aprovado para uma participação equivalente a

58 mil OTN's (19,4 milhões de cruzados na época da última liberação).

A partir de abril, assim, a Ebal passou a receber um tratamento privilegiado: enquanto a esmagadora maioria dos projetos, inclusive muito mais antigos, continuavam jejunos de incentivos fiscais, a Ebal recebia 19 milhões de cruzados pelo artigo 17. Os recursos compreendidos nesse artigo, que representam menos de 20% do orçamento do Finam, são os que realmente a Sudam pode aplicar. Os outros 80%, do artigo

18, têm sua destinação vinculada pelo aplicador do incentivo e a Sudam apenas os repassa aos destinatários.

Somente o grupo João Santos, um empreendimento tradicionalmente favorecido pelas ordens dadas de Brasília, recebeu mais dinheiro do artigo 17 do que a até então obscura Ebal. O responsável pela transformação seria o recém-admitido diretor-técnico da empresa, que passou a circular pelos corredores da Sudam e teve trânsito livre com o superintendente, Henry Kayath.

O governador Hélio Gueiros, pai de André, o novo diretor-técnico da Ebal, nega veementemente que seu filho tenha usado tráfico de influência para favorecer a empresa. Lembra que André formou-se no ano passado em engenharia naval, em São Paulo, com as melhores notas. Ao voltar para Belém, um companheiro de turma, filho do empresário Carlos Câmara, dono de um outro estaleiro, a ETN (Empresa Técnica Nacional), convidou-o como sócio para um empreendimento que iriam formar.

Hélio vetou a associação, alertando o filho de que pretendiam usá-lo para conseguir vantagens. "Eu não permiti que entrasse numa firma nova, nem que fosse admitido como sócio. Iriam logo dizer que ele estava se beneficiando do pai governador", argumenta Guei-

## CORRUPÇÃO NO BASA

# Rombo de Cz\$ 1 bilhão



Durante vários meses o filho de um dos diretores do Banco da Amazônia, que também assumiu interinamente a presidência da instituição, cobrou comissões para conseguir empréstimos em favor de empresas junto a três agências

— em Belém, Rio de Janeiro e Itaituba. Segundo estimativas não oficiais, a cobrança dessas comissões pode ter rendido até 100 milhões de cruzados ao advogado Augusto Barreira Pereira Júnior. Em compensação, o Basa pode ter sofrido prejuízo superior a um bilhão de cruzados, que se refletirá sobre seu balanço de final de ano.

Provavelmente contando com a cobertura do pai, o também advogado Augusto Barreira Pereira, Pereira Júnior conseguiu que o Basa emprestasse a seus clientes em condições extremamente vantajosas, sem obedecer as normas bancárias e, às vezes, sem sequer dispor de garantias reais. Em certas situações, o único beneficiado no negócio era o próprio intermediário.

É esse o caso que a IPC (Indústria Paraense de Cartonagem), uma pequena sociedade mercantil estabelecida em Belém, está denunciando na Justiça. O principal sócio da firma, Gerson Rodrigues Alves, alega que no início deste ano recebeu proposta de Au-

ros, que, como a mulher, secretária de Educação, tem procurado manter a família fora de negócios. Ele atribui as histórias sobre a participação de André em favor da Ebal ao próprio Câmara, "que, evidentemente, não ficou satisfeito com a minha decisão".

Defendendo o filho, "que é um menino sério e está agindo com lisura", o governador nega que a Sudam tenha concedido algum favor especial ou escuso à Ebal. "Eu cobrei isso do doutor Kayath e ele me assegurou que está tudo legal", diz Gueiros. "Eu fiz tudo para evitar essas histórias. Mas não posso impedir meu filho de ganhar a vida com seu trabalho".

A Ebal, de qualquer maneira, não apenas recebeu tudo a que tinha direito, através de uma fonte que só fornece recursos minguados (exceto para o grupo João Santos), como conseguiu aprovar, há duas semanas, na última reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, a ampliação do seu parque industrial, em Icoaraci. Na realidade, ele já está implantado e o que ocorrerá agora será a duplicação, que absorverá 365 milhões de cruzados, dos quais 146 milhões de incentivos fiscais — agora pelo artigo 18. Já prevendo esses rumos, a empresa aumentara, em maio, o limite de seu capital autorizado, que era de 20 milhões, para 83,6 milhões de cruzados. Quando executar a ampliação, terá se transformado na principal indústria de construção naval do Estado. Um feito.

gusto Pereira Júnior para receber 70 milhões de cruzados através de um empréstimo junto ao Basa. A oferta era mais do que atraente: o dinheiro seria pago "em prazos, que poderiam ser renegociados sucessivamente, até que a empresa devedora alcançasse estabilidade financeira necessária à liquidez do débito contraído", segundo o relato de Gerson Soares.

O banco de fato emitiu, no dia 19 de fevereiro, uma Cédula de Crédito Industrial, com vencimento em 60 dias. "Com surpresa", o empresário diz ter verificado que a cédula era de apenas cinco milhões de cruzados. Barreira Pereira Júnior procurou tranquilizá-lo, explicando que se tratava apenas de "uma primeira etapa": "após esta, viriam outras, sucessivamente, até o alcance do valor proposto", narra o empresário. Mas as outras parcelas não saíram, talvez porque o governo já estivesse informado sobre as transações.

O pior, segundo o testemunho do empresário, é que o dinheiro da primeira parcela foi retido por Augustinho, como o advogado é mais conhecido. Ele ainda recebeu mais 2,3 milhões de cruzados para completar o pagamento antecipado de sua comissão, de 10%, conforme o recibo assinado pelo sócio, Paulo Henrique de Araújo Barros. A empresa nada recebeu.

É isso que o dono da IPC argumentou ao contestar a ação executiva movida contra ele pela nova direção do Basa. Como a transação não apresentava garantia real e a IPC se recusasse a reconhecer o débito, não restou ao Basa outra alternativa: cobrar ju-

dicialmente os cinco milhões. Acrescida de juros e outros encargos, a dívida atingiu 13,2 milhões de cruzados.

## A FRAUDE

No embargo que apresentou perante a juíza da 11ª Vara Cível, onde o processo está tramitando, a IPC afirma que a dívida foi contraída "mediante fraude por parte das intermediações". Por isso, "o crédito fica como gerado do ilícito, que não alcançou a tutela da lei". Além de não ter direito à cobrança, o banco seria obrigado a arcar "com o dano causado pelo seu preposto".

O "preposto" a que a empresa se refere é o próprio ex-diretor do banco, Augusto Barreira Pereira, que exercia a função quando o empréstimo foi concedido. Para intermediar os empréstimos, o filho criou, no início de abril, uma empresa — a Novo Visual — nominalmente destinada a produzir e comercializar roupas, na prática uma corretora de tráfico de influência. Colocou dois amigos na direção da firma — Paulo Hen-

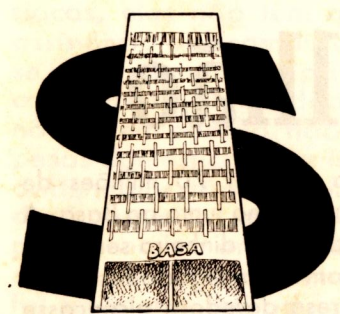
rique Barros e Jeanine Rodrigues Fontenelles — e reservou-se a presidência do Conselho Administrativo, com poderes iguais aos dos sócios.

Entre abril e agosto o advogado, que já tivera uma passagem conturbada pela Prefeitura de Belém, patrocinou uma série de financiamentos irregulares, usando a cobertura do pai, que ocupava justamente a diretoria de crédito geral e revezou com outro diretor na presidência do Basa durante uma fase de interinidades aberta com a renúncia de Carlos Thadeu Gomes.

Empresas como a IPC foram beneficiadas com vários empréstimos sucessivos em valores abaixo de seis milhões de cruzados. Era esse o limite de autonomia de cada diretor do banco, que podia autorizar a liberação sem depender dos demais. Boa parte dos tomadores de dinheiro não tem a menor capacidade financeira ou econômica para honrar os compromissos assumidos. E o banco já sabe que corre o risco de ter surpresas desagradáveis como a da IPC, que, declarando-se devedora de boa fé, devolve ao próprio Basa a responsabilidade pela dívida.

## CORRUPÇÃO NO BASA.

# Golpe em fase crítica



Logo ao reassumir a presidência do Banco da Amazônia, depois de tê-la deixado 14 meses antes para ocupar a Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), o economista piauiense Delile Guerra de Macedo, 52 anos,

mandou instaurar inquéritos para aprofundar e responsabilizar os autores de fraudes que já haviam sido apontados em auditoria interna. O primeiro inquérito, sobre a agência metropolitana do BASA no Rio de Janeiro, deverá estar concluído no final desta semana. O segundo, abrangendo Belém e Itaituba, demorará mais uma semana.

O banco mantém sigilo em torno das apurações, mas Delile garantiu que as investigações se processam com todo o rigor, as conclusões serão divulgadas através da imprensa e a punição dos implicados será solicitada à polícia e à justiça, ao mesmo tempo que serão adotadas medidas para tentar reaver o dinheiro desviado.

O rombo tem um alcance tão amplo que poderá consumir integralmente o lucro, de 2,5 bilhões de cruzados, apresentado pelo BASA no primeiro semestre. Mesmo esse lucro não passa de escrituração contábil: apontado no balanço, não tem significado para os cofres do banco, que estão praticamente vazios. Justamente num momento em que enfrenta enormes dificuldades de capitalização e uma onda sutil — mas poderosa — que pode extingui-lo, o BASA vê-se na difícil situação de comprovar a dilapidação dos poucos

recursos de que dispõe.

Não é uma situação nova, mas ela obriga os defensores da maior participação local nas decisões regionais a refletir sobre a distância entre a retórica e a prática. O critério de partilhar a direção do banco entre as lideranças políticas dos Estados amazônicos, estabelecido em parâmetros desvinculados de competência e seriedade, tem causado profundos prejuízos à instituição. Os quatro paraenses que ocuparam a presidência nos últimos períodos — Lamartine Nogueira, Oziel Carneiro, Ubaldo Correa e Augusto Pereira — deixaram atrás de si saldos amplamente negativos.

O banco quase sucumbe à administração de Lamartine, indicado pelo então ministro Jarbas Passarinho. Para sucedê-lo, o governo federal mandou um interventor draconiano, o gaúcho Jorge Babot de Miranda. Os créditos de difícil recuperação eram, então, duas vezes e meia superiores ao capital do banco. A situação apresentava os mesmos contornos quando, em 1985, o ex-deputado federal Ubaldo Correa entregou a presidência a Delile Macedo, um bem sucedido integrante do outrora poderoso IPEA (o instituto de pesquisa da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, hoje ministério). O principal problema era, novamente, o das operações mal feitas, sem amparo nas normas bancárias. O BASA fora transformado num dos caixas da campanha do então ministro do Interior, Mário Andreazza, à Presidência da República. Foi por isso que a Construtora Servix foi apresentada com um empréstimo de cinco milhões de dólares, até hoje não pago e não recuperado pelo banco.

## UM CAOS

Depois de 14 meses tentando sanear o BASA, De-

lile foi transferido — com a mesma função — para a Suframa, onde incompatibilizou-se com o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, inconformado em não controlar a principal fonte de recursos do Estado. De volta ao BASA exatamente 14 meses depois de ter saído, numa trajetória inédita na história do banco, Delile encontrou um verdadeiro caos: Augusto Pereira, paraense e Matias Pereira, amazonense, que faziam revezamentos quinzenais na presidência, não apenas não se entendiam, como se hostilizavam na disputa pela efetividade no cargo. Os demais, olhando à distância, estavam mais interessados em manter suas próprias posições.

Algumas fontes bem informadas no banco dizem que a primeira reunião da diretoria com o presidente que retornava foi duríssima. Delile apontou diretamente todos os erros na direção do BASA, anunciou a apuração completa das irregularidades e revelou que faria remanejamentos, além de pedir ao Presidente da República para indicar dois novos diretores: Hugo de Almeida, ex-superintendente da Sudam, atualmente na Casa Civil da Presidência, e Marçal Marcelino, funcionário aposentado do BASA que ocupa a presidência da Codebar (Companhia de Desenvolvimento de Barcarena) há dois meses. Delile disse que uma das dire-

torias a ser mudada seria a de crédito geral. Augusto Pereira entendeu o recado e logo depois pediu demissão.

A reforma da diretoria, sem o uso dos velhos critérios políticos de escolha, seria o primeiro passo de um programa de revitalização que o BASA está preparando para negociar com o governo federal e conseguir uma redefinição da incômoda posição de hoje. O banco quer autorização para funcionar com financeira, poupança, CBD's, cartão de crédito e poder modernizar-se, recompondo ao mesmo tempo sua função de planejamento, virtualmente extinta.

Conseguir esses objetivos exigirá uma dura batalha. O Banco Mundial, que desde maio vem negociando com o governo brasileiro um empréstimo de 500 milhões de dólares, condiciona a liberação do dinheiro à realização de uma ampla reforma no setor financeiro nacional. O BASA, como o Banco do Nordeste, perderia agências e a possibilidade de se transformar em banco de múltiplas atividades, como pretende, enfraquecendo-se. Justamente quando enfrenta essa campanha, apoiada pelos bancos privados nacionais e ecoada pela imprensa do Sul, as irregularidades que estão sendo constatadas nos inquéritos representam um golpe sofrido por trás — ou por dentro da instituição.

## O CASO FONTELES



# Processo de cabeça para baixo

Três meses depois do crime ter sido cometido, é pelo menos original a situação do processo através do qual a polícia apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles, ocorrido no dia 11 de junho (ver *Jornal Pessoal* nº 1). Os dois pistoleiros e o organizador do atentado já estão plenamente identificados, mas todos três devidamente foragidos, sem qualquer sinal de que a polícia pode chegar até eles.

Em compensação, membros da família Fonteles e do Partido Comunista do Brasil transformaram-se, de parceiros da vítima, em réus. Contra eles já tramitam ações na Justiça impetradas pelo empresário Francisco Joaquim Fonseca e pelo coronel Eddil Castor: acusados de envolvimento no assassinato, os dois responderam com processos por calúnia, injúria e difamação contra seus acusadores. Já policiais amigos do personagem central da história, o agente de segurança James Sylvio de Vita Lopes, pediram garantias de vida aos seus superiores na Secretaria de Segurança Pública. Mais um pouco e o morto acabará sendo responsabilizado também.

Esse quadro bizarro recebeu mais alguns traços com um artigo escrito por João Malato em "O Libe-

ral" do dia 19. O jornalista, intermediário de uma carta de Vita Lopes que até hoje não foi devidamente esclarecida, investe contra o presidente do inquérito e o acusa de não estar interessado em prender os verdadeiros mandantes do crime, restringindo-se a elementos periféricos.

Para Malato, Fonteles — "com seus procedimentos ideológicos e confessadamente marxistas" — "vinha pondo em perigo os direitos de propriedade de centenas, senão milhares de fazendeiros, castanheiros, madeireiros e latifundiários da grande zona banhada pelo Tocantins e Araguaia". Mas essa gente, "numerosa e bastante endinheirada", constitui um "pau-de-formiga", do qual o delegado Otacílio Mota se teria desviado "e partiu no rumo de gente mais desqualificada, financeiramente, como seriam, talvez, os antigos seguranças particulares James de Vita Lopes e José Antonio Silva". Malato acha que os dois pobres seguranças poderiam servir de "bode expiatório" apenas "por terem prestado serviços a vários fazendeiros daquela zona, inclusive o armador Joaquim Fonseca"; nessa condição, ficaram "ao corrente de qualquer tramóia criminosa".